

País terá concurso nacional unificado para até 7,8 mil vagas



NOVO FORMATO DE SELEÇÃO

'ENEM' DO SERVIDOR

Governo lança concurso público unificado para até 7,8 mil vagas

GERALDA DOCA
E ANA FLÁVIA PEARL
RIO DE JANEIRO

O governo Lula anunciou ontem que fará uma prova nacional unificando o processo de seleção de servidores na esfera federal, em uma espécie de "Enem dos concursos". O modelo, desenvolvido pelo Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), tem como objetivo facilitar o acesso da população às provas, inclusive em municípios do interior do país.

Chamada de Concurso Nacional Unificado, a proposta foi apresentada aos ministros pelo secretário de Gestão de Pessoas, José Celso Cardoso Jr. Cada pasta poderá decidir se aderir a esse modelo ou fazer os concursos por conta própria. Se todos aceitarem, a previsão é que 7,826 vagas sejam preenchidas pelo novo formato já em 2024.

— Queremos revolucionar o serviço público, trazer diversidade e pessoas vocacionadas. Também queremos combater os concurreios profissionais, embora sejam legítimos — disse o secretário. Segundo o ministro, a primeira prova deve ser realizada em 25 de fevereiro, com o lançamento do edital no fim deste ano. O exame acontecerá ao mesmo tempo em 179 municípios, sendo 39 na Região Norte, 50 no Nordeste, 18 no Centro-Oeste, 49 no Sudeste e 23 no Sul.

— A ideia nasceu do Enem, que consegue aplicar a prova em um único dia em quase 1.700 municípios —

disse Cardoso Jr.. As vagas estão autorizadas para as seguintes áreas: Administração e Finanças Públicas (580 cargos); Setores Econômicos, Infraestrutura e Regulação (1.015); Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário (1.040); Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (1.194); Saúde, Justiça e Políticas Sociais (1.470); Trabalho e Previdência (940); Dados, Tecnologia e Informação Pública (895); e Nível Intermediário (692).

DUAS PROVAS
A ideia é que os candidatos façam duas provas no mesmo dia. Uma com questões objetivas, comum a todos, e outra com perguntas específicas e dissertativas, divi-

das por blocos temáticos. Os candidatos para Trabalho e Previdência farão a mesma segunda prova, por exemplo; já os candidatos para Administração e Finanças Públicas, outra. O candidato pagará a única inscrição e poderá concorrer a várias vagas dentro da mesma área. A seleção para os cargos dependerá da pontuação alcançada nas provas.

A expectativa é que a inscrição fique em torno de R\$ 100, com isenção para candidatos de baixa renda, assim como para beneficiários do Bolsa Família. Os resultados devem ser divulgados até o fim de abril, para que os cursos de formação dos aprovados ocorram entre junho e julho do ano que vem.

A previsão é que haja três milhões de candidatos, com custo estimado de R\$ 60 milhões a cada milhão de inscritos, o que envolve, além da prova, despesas com logística.

— O objetivo é ampliar o acesso da população às vagas públicas. O perfil do servidor hoje é de cor branca e da classe média, que tem dinheiro para pagar inscrições, cursinho e tem tempo para estudar. Há uma burocracia representativa no setor público — concluiu o secretário.

A ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck, tem dito que uma das prioridades do presidente Lula é recompor o quadro de servidores públicos, sob argumento de que a máquina foi sucateada nos

últimos governos.

Alketa Peci, professora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV), acredita que, com o agrupamento dos candidatos por competências e não por carreiras extremamente especializadas na hora da prova, o setor público ganha flexibilidade. Atualmente, quando uma carreira se torna obsoleta, não é possível remanejar a força de trabalho.

Quando a democratizar o acesso ao concurso, expandindo para cidades mais remotas, Alketa lembra barreiras invisíveis que atualmente impedem o acesso de parte da população, como custos de viagem e pernoite em hotel para fazer a prova.

— A vantagem do concurso é ser democrático. Essa me parece ser uma medida de homogeneização.

— Quanto a democratizar o acesso ao concurso, expandindo para cidades mais remotas, Alketa lembra barreiras invisíveis que atualmente impedem o acesso de parte da população, como custos de viagem e pernoite em hotel para fazer a prova.

— A vantagem do concurso é ser democrático. Essa me parece ser uma medida de homogeneização.

— Quanto a democratizar o acesso ao concurso, expandindo para cidades mais remotas, Alketa lembra barreiras invisíveis que atualmente impedem o acesso de parte da população, como custos de viagem e pernoite em hotel para fazer a prova.

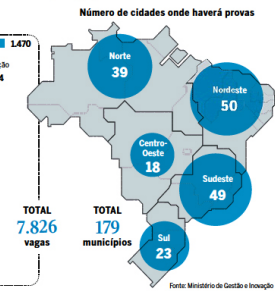
— A vantagem do concurso é ser democrático. Essa me parece ser uma medida de homogeneização.

Funcionalismo.

O novo processo de seleção de servidores na esfera federal será aplicado ao mesmo tempo em 179 municípios

AS OPORTUNIDADES NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Vagas por área	Número de cidades onde haverá provas
Políticas Sociais, Justiça e Saúde	39
Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	50
Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário	18
Setores Econômicos, Infraestrutura e Regulação	49
Trabalho e Previdência	23
Dados, Tecnologia e Informação Pública	
Nível Intermediário	
Administração e Finanças Públicas	



TOTAL 7.826 vagas

TOTAL 179 municípios

Fonte: Ministério da Gestão e Inovação

O objetivo é ampliar o acesso da população às vagas públicas. O perfil do servidor hoje é de cor branca e da classe média, que tem dinheiro para pagar inscrições, cursinho e tem tempo para estudar

José Celso Cardoso Jr., secretário de Gestão de Pessoas

Veículo: Impresso -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 15